



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

A Identidade em Formação: Cotistas Negros da UFS¹

Alan Max Vieira dos Santos²

Mestrando do NPPCS/UFS

maximus_max_se@hotmail.com

1. Caracterização do Problema

1.1. A Questão Racial no Brasil

A partir da década de 1980, nota-se de maneira mais contundente uma crescente assimilação por parte da sociedade brasileira de ideais de inclusão e justiça social para com os diferentes segmentos minoritários³ ou excluídos da sociedade brasileira, entre eles os afrodescendentes, bem como uma valorização de aspectos culturais e simbólicos ligados à cultura negro-africana.

Estas pessoas, que não são necessariamente pretos ou pardos, são personagens e, ao mesmo tempo, produto de uma história, de um processo que tem seu início no descobrimento ou conquista do Brasil pelos portugueses, de forma mais abrangente no período colonial, onde foi implantada no país de maneira sistemática e até mesmo oficial a exploração de indivíduos pela sua *raça*.

Relembrando a história do negro ou da questão racial negra no Brasil, é consenso que os negros africanos foram trazidos como mercadorias e tratados como tal desde sua saída da África até sua chegada ao Brasil. No país não participavam em comparação aos brancos dos mesmos direitos, isso antes e pós “libertação” e foram tratados como menos importantes para a construção de um projeto de nação, através da teoria ideológica do “branqueamento” e as doutrinas rígidas e deterministas do racismo *científico*, juntamente com as políticas imigratórias “clareadoras” (1887-1914).

¹Este texto tem a intenção de apresentar em linhas gerais as intenções e os diálogos iniciais da minha dissertação de mestrado.

²Orientando do Prof. Dr. Frank Nilton Marcon no Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Sociologia) da Universidade Federal de Sergipe

³Entendendo minoria não como grupo de menor número quantitativo social, já que negros e mulheres estão em maior número dentro da sociedade brasileira, segundo o IBGE, mas como grupos que reivindicam uma maior inserção e paridade nas relações sociais e uma maior equidade em direitos celebrados socialmente.



Há ainda de se contabilizar a consolidação do ideal de *branqueamento* e sua aceitação pelos formuladores da doutrina e pelos críticos sociais (décadas de 1920 e 1930), e as teorias que serviram ideologicamente para as elites e até mesmo para o restante da sociedade como alicerces para construção de uma nova identidade nacional e racial, desde Silvio Romero, no final do século XIX, passando por Euclides da Cunha, Gilberto Freyre (anos 1920 até 1960) – o Brasil vivia então a fábula ideológica da democracia racial, o que era amplamente pulverizado por toda a sociedade, e até mesmo assimilado, pelo menos em discurso, por acadêmicos e políticos.

Gilberto Freyre já trabalhava com a questão racial, através da constatação empírica do alto grau de mestiçagem, onde dava importância à participação dos mitos, deuses, comidas, danças de origem negra africana entre outros, para a formação cultural brasileira, que juntamente com os valores do branco português, deram origem a outra “raça”, o mestiço⁴, chegando até a Darcy Ribeiro e Roberto Da Matta, que começaram a desmontar mitos raciais arraigados.

[...] O que o mito racial brasileiro faz é dar sustentação a uma etiqueta e regra implícita de convívio social, pelo qual se deve evitar falar em racismo, já que essa fala se contrapõe a uma imagem enraizada do Brasil como nação. [...] Harmonia e evitação de confronto racial parecem ser a expressão da natureza da ideologia racial no Brasil (HASENBALG, 1995).

Com o advento do movimento negro organizado, ou para os mais críticos, um grupo não tão organizado, mas com visibilidade e voz, que tinha, no mínimo, reclamações e reivindicações legítimas a fazer, no final da década de 1970, e do movimento de redemocratização, momento onde não era mais subversivo ou ilegal lutar pela obtenção de direitos, consolidado na forma da lei, com Constituição de 1988, formou-se o momento propício para o crescimento da valorização do negro como parte integrante, formadora e importante para ao Brasil. Dando-se a partir de então, uma maior visibilidade aos embates, críticas, protestos de toda ordem sobre a desigualdade racial nas suas diferentes e diversas estâncias. Diferente da década de 1930 até a de 60, onde a valorização do negro já era posta em discussão, neste momento essa discussão já estava entranhada na vida social e prática da população brasileira e agora já é encarada

⁴ Entendido como consequência da ausência de preconceitos raciais. Ideologia não comprovável nas práticas sociais.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

como um problema a ser discutido pelos diferentes e diversos agentes sociais e não somente pelas elites acadêmicas.

E é na década de 90 que aparece de forma mais evidente uma aceitação e identificação, por muitas vezes declarada, para com os mais variados aspectos da cultura negra. O aparecimento da figura negra e mestiça nas propagandas da TV de maneira espaça e irregular; a inclusão do negro no mercado editorial, com publicações específicas e até mesmo exclusivas, como é o caso da revista *Raça*; o comércio preocupado com este público que apesar de seu sabido menor poder de compra se comparado aos “brancos”, ainda o tem, e este é considerável em volume e tendencialmente emergente, assim são criados produtos específicos para esta etnia/raça/cor; as telenovelas, expoentes em audiência e formação de opinião começam a introduzir personagens ou até mesmo núcleos negros nas suas tramas como *A próxima vítima* e *Da cor do Pecado*, o que proporciona ao público ter outra perspectiva de auto-reconhecimento nestas histórias, pois as TVs, mais precisamente a Tv *Globo*, começam a reconhecer a presença do negro na sociedade brasileira e entre os seus telespectadores.

Além disso, é criada através da sociedade civil organizada o “Dia da Consciência Negra”, comemorada no dia 20 de novembro, cuja importância consiste em agregar as discussões a esta temática; são criadas em nível de governo federal, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial -SEPPIR e outros órgãos com fins parecidos nos diferentes estados da nação, com vistas evidentemente especiais para a questão do preconceito racial contra o negro; têm-se um aumento quantitativo nas discussões nos mais variados segmentos da sociedade com relação a está temática (preconceito, valores étnicos, identificação racial, ações afirmativas); nas universidades se destacam a massificação de trabalhos científicos quanto ao assunto⁵; um maior uso dos meios legais especialmente por grupos organizados para contestar práticas de preconceito à “raça”; um repúdio claro, pelo menos dos meios de comunicação, a qualquer ato de preconceito racial; uma maior formulação por parte do legislativo de leis e projetos de leis a fim de incluir o negro na sociedade e ao mesmo tempo sufocar práticas de preconceito, como é o caso do Estatuto da Igualdade Racial.

⁵ Mais recentemente envolvendo várias frações da sociedade, desde o executivo governamental até os órgãos de imprensa, a discussão sobre a implantação de cotas raciais e sociais nas universidades públicas, com inclusive, vários exemplos da efetivação do sistema, como é caso da UNB (pioneira), da UERJ, da UNEB e o da UFS no ano de 2009.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

Assim, a sociedade em linhas gerais faz como regra e não mais como exceção, um crescente movimento de reconhecimento do negro.

Apesar de tudo isso as condições reais de vida da população negra no Brasil ainda se encontram bastantes precárias na comparação com as condições de vida da população branca como mostram algumas pesquisas como: a do IBGE divulgada em 2008 com base em 2007 a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), mostra que a maioria (59,5%) das crianças que trabalha de forma ilegal no Brasil é preta ou parda; a do IPEA (2008) que mostra que se mantida a tendência atual de transferência de renda o Brasil levaria 32 anos para igualar a renda entre negros e brancos; outra do IPEA juntamente com IBGE e outras instituições divulgada em 2009 com dados entre os anos de 2003 e 2007 revela que a os negros são a maioria dos desempregados no país; mais uma do IPEA (2011), agora ao analisar os dados de 2007 do Sistema de Informação sobre Mortalidade do Ministério da Saúde mostra que entre as mortes por causas externas, os homicídios respondem por 50% das mortes de negros e em contrapartida por 30% das mortes de brancos.

Existem várias pesquisas que partem de diversos recortes analíticos como saúde, educação, saneamento básico, cultura, moradia, renda, segurança etc, mas que têm em comum a constatação de uma maior precariedade de acesso por parte da população negra as condições de bem estar e dignidade já minimamente estabelecidas aos brancos no Brasil.

No campo educacional, em especial por ser o “pano de fundo” deste trabalho, essa problemática histórica se revela de maneira bastante contundente. Ao apresentar os dados referentes à desigualdade entre brancos e negros no processo educacional e no mercado de trabalho, da moderada segregação residencial dos negros, bem como o papel da filiação racial na transmissão entre gerações das desigualdades sociais, Hasenbalg (1995) faz uma ilustração dessa situação através da definição de Sansone, sobre as “áreas duras” e as “áreas moles” das relações raciais.

As áreas duras são as do trabalho, particularmente a procura do trabalho, o mercado matrimonial e da paquera e os contatos com a polícia. As áreas moles ou espaços negros implícitos estão vinculados ao domínio do lazer, mas incluem também a Igreja Católica, as igrejas crentes e os círculos espíritas. Nestes espaços, ser negro não deveria ser um obstáculo e neles pouco se fala sobre raça ou racismo. Haveria ainda os espaços negros



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

explícitos, geralmente chamados da “cultura negra” (blocos afro, batucada, terreiros e capoeira). Neles, ser negro pode constituir uma vantagem; de fato, os negros são hegemônicos nestes espaços ao tempo que os brancos devem negociar as suas condições de participação (Sansone, 1993:162-163 / Hasenbalg, 1995).

Para Carlos Hasenbalg, as “áreas duras” remetem o sociólogo para dois elementos cruciais do sistema de estratificação social: a família e o mercado de trabalho, onde se define o lugar que as pessoas irão ocupar na hierarquia social, e é onde a maioria dos negros e mestiços estruturam as suas condições de exclusão e subordinação. Já as “áreas moles”, excluindo o espaço das religiões centrais, são as que aumentam as formas antigas e novas de preconceitos e visões estereotipadas do negro. Com relação a esta cisão, ele ainda diz que o fato que permanece entre as duas áreas, é que os relacionamentos entre elas estão estruturados assimetricamente.

[...] os não brancos têm limitados seu acesso às áreas duras (hierarquia ocupacional e casamentos inter-raciais), ao passo que os brancos têm menos restrições no acesso aos espaços da cultura negra. Mesmo as áreas moles da cultura e do lazer funcionam assimetricamente, havendo a possibilidade para os brancos de se retirarem aos seus domínios exclusivos de sociabilidade (HASENBALG, 1995).

Nas áreas duras, o ensino superior está situado, o negro não encontra seu “lugar” dentro desse sistema que é influenciado e reflete uma hierarquia social. Situação que dá embasamento aos dados que mostram que a população negra tem dificuldade para adentrar a universidade e por isso é dentro dela o seu menos quantitativo étnico-racial.

O atual momento de implementação de políticas de ações afirmativas de acesso ao ensino superior pelas diversas universidades públicas sendo debatidas quanto a sua constitucionalidade no Supremo Tribunal Federal⁶ e o alcance dos resultados

⁶O STF julgará duas ações que em linhas gerais contestam a constitucionalidade das cotas nas universidades brasileiras. A primeira ação chamada de *Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 186* foi interposta pelo Partido Democratas e contesta a reserva de 20% das vagas no vestibular da Universidade de Brasília por critério étnico-racial. A segunda intitulada *Recurso Extraordinário 597.285* foi interposta por um estudante que não foi aprovado no vestibular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, segundo ele, por conta das reservas de vagas (cotas) na universidade. Ambas ações são relatadas pelo ministro do STF Ricardo Lewandowski.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

pretendidos torna o estudo do impacto dessas políticas na população alvo (estudantes de escolas públicas, negros e indígenas) de importância crucial para compreender esse processo enquanto forma de inclusão ao ensino superior, em nível estrutural e simbólico.

1.2 As Políticas Afirmativas para Negros e a UFS

Do dia 31 de agosto a dia 7 de setembro de 2001 ocorreu a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância em Durban, na África do Sul, que recomendou ações para combater a intolerância, o ódio e racismo no mundo. Dentro dessa discussão, influenciada por uma reivindicação histórica do movimento negro e pela implantação de cotas raciais no vestibular da universidade de Brasília, o Brasil começou discutir a necessidade de uma maior inserção da população negra ao ensino superior. A partir desse momento várias instituições de ensino superior em nível estadual e federal estabeleceram algum tipo de ação afirmativa para assegurar uma maior participação da população negra em contingente estudantil, como ocorreu nos últimos dois anos na Universidade Federal de Sergipe.

O Programa de Ações Afirmativas da Universidade Federal de Sergipe (PAAF) entrou em vigor no ano de 2010 (vestibular), depois da sua aprovação pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão em outubro de 2008. No entanto sua história começa em anos anteriores, quando no âmbito do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros alguns professores e pesquisadores da universidade como: Paulo Neves, Hippolyte Brice Sogbossi, Marcus Eugênio, Frank Nilton Marcon, Ednéia Tavares Lopes, Maria Batista, além de estudantes e outros colaboradores ficaram a cargo de elaborar uma proposta de política afirmativa que contemplasse setores da sociedade que se percebia excluídos da instituição como os estudantes de escolas públicas e os negros. Depois de diversos debates, mesas redondas, conferências e reuniões com a comunidade interna e externa da UFS, além do trabalho de confecção do texto da proposta, esta foi entregue e aprovada como já dito.

A política tem intenção de minimizar as distorções encontradas quanto à porcentagem proporcionalmente menor dos ingressos na UFS (em diversos cursos) oriundos de escolas públicas e não-brancos diante da porcentagem representativa desses



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

segmentos no Estado de Sergipe, e assim a principal ação, dentre outras, a ser realizada, é o acesso pelo vestibular aos cursos de graduação através do sistema de cotas que se operacionaliza da seguinte forma: Além da reserva de uma vaga por curso para portadores de necessidades especiais, 50% das vagas totais são reservadas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio e ao menos quatro anos do ensino fundamental em instituições públicas, e dentro dessa cota social 70% das vagas são destinadas a indivíduos que tenham se declarado pretos/pardos (negros) ou indígenas.

2. Definição do Objeto

A pesquisa pretende compreender **como a identidade étnico-racial, ou seja, a percepção individual de participação em um grupo étnico-racial, é construída pelos graduandos cotistas negros e acionada pelos mesmos durante a sua vida acadêmica na UFS.**

O interesse se fixa na construção identitária, a saber como e partir de quais referenciais de suas trajetórias sociais, esses estudantes estruturam as suas certezas quanto a sua “raça” e como eles acionam a sua etnicidade (identidade étnica), enquanto cotista pelo critério étnico-racial, diante de questões da vida acadêmica. A pesquisa parte desta perspectiva, tendo como base uma percepção assentada acerca do que venha ser identidade a partir de alguns autores.

Nilma Lino Gomes acredita a identidade não é algo inato, ela é um modo de ser que se refere ao nível cultural, sócio-político e histórico. Assim, a identidade é invocada quando “um grupo reivindica uma maior visibilidade social face ao apagamento a que foi historicamente, submetido” (NOVAES, 1993:25). “É importante perceber que o conceito de identidade deve ser investigado e analisado [...] porque ele é um conceito vital para os grupos sociais contemporâneos que o reivindicam” (NOVAES, 1993: 24).

Dessa forma, para Poutignat & Streiff-Fernat (1998), a etnicidade (identidade étnica) só pode ser entendida através da utilização do termo *Nós*, em oposição ao *Eles* surgindo de um contexto social comum de convivência, sendo necessário se entender a



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

“matriz social ou histórica”. (POUTIGNAT & STREIFF-FERNAT, 1998:124) de formação dessa etnicidade.

E é com base nessa premissa de que a construção social da identidade traz em seu bojo reivindicações que pressupõem relações de poder, que tentamos descobrir se a identidade étnica dos estudantes cotistas pesquisados se enquadram no que Manuel Castells chama de *identidade de resistência*, definida como “criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência” [...] (CASTELLS, 1999,24), e/ou a *identidade de projeto*, que ocorre quando “os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural a seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social” [...] (CASTELLS, 1999,24).

A partir dessa teorização é possível assegurar que o que se busca neste trabalho é entender como e partir de que esses estudantes forjam a sua identidade étnica em uma história de oposição entre negros e não-negros no Brasil, e em particular entender como se isso se engendrou coletivamente a partir da história de cada indivíduo.

A etnicidade não se manifesta, segundo Poutignat & Streiff-Fernat (1998), em condições de isolamento, mas justamente ao contrário, se manifesta nas interações do mundo moderno e urbano através de uma “comunicação cultural” que revela aqueles *que fazem parte* daqueles que *não fazem parte*. No nosso caso, essa interação é observável no contexto de uma maior participação numérica e declarada de estudantes negros (cotistas) em uma universidade que até uns anos atrás era considerada excludente para com esse grupo.

Para Fredrik Barth (1998), o contato fronteiro que se estabelece entre um grupo étnico e outro provoca uma resignificação das práticas identitárias que fazem com que os grupos étnicos trabalhem em um contexto de interdependência. Há dessa forma uma mutabilidade na dinâmica organizacional dos grupos étnicos, no entanto, sem o desaparecimento das fronteiras culturais, preservando-se uma diferenciação das identidades ao se estabelecer o contraste entre o que *sou eu* e o que *é o outro*. Como atenta Stuart Hall (2001), não basta que conheçamos o outro para compreender-lhe no que tange a sua representação de identidade, é preciso identificar quem, como e com qual finalidade ela é produzida.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Para Hall as interações que ocorrem em um campo de globalização, oposições múltiplas e da emergência de vários movimentos sociais no mundo pós-moderno (como ele intitula) provocam fatalmente no sujeito a configuração de identidades não fixas, mas momentâneas, mutáveis e instáveis. Emerge dessa forma para Hall (2001) um “sujeito descentrado”, ou seja, um sujeito sem uma identidade central e estabelecida. Este, como penso, ao estabelecer relações de contato com outro indivíduo de etnia diferente, por exemplo, pode acionar uma identidade específica (que não passe pelo critério étnico-racial) que o faça se aproximar ou se distanciar desse outro a partir das suas motivações.

No mesmo debate acerca do que venha ser identidade, o entendimento de Manuel Castells converge para o Hall. Identidade para Castells é definida como “o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou também num conjunto de atributos culturais inter-relacionados, que prevalecem sobre outras fontes de significados” (CASTELLS, 1999:22). O indivíduo, segundo ele, também pode ter identidades múltiplas, e ela pressupõe uma rede de significados. Assim ele define o que seria significado: “... a identificação simbólica, por parte de um ator social, da finalidade da ação praticada por tal ator [...]” (CASTELLS, 1993, p. 23). Estabelece como concordância que do ponto de vista sociológico toda e qualquer identidade é construída, no entanto, as principais questões estão vinculadas à como, a partir de quê, por quem e para quê isso acontece. Questões estas que tentamos responder, diante do universo pesquisado, no trabalho em curso.

Para que se consiga encontrar respostas à indagação que orienta essa pesquisa, a saber: **Como a identidade étnico-racial, ou seja, a percepção individual de participação em um grupo étnico-racial, é construída pelos graduandos cotistas negros e acionada pelos mesmos durante a sua vida acadêmica na UFS**, se faz necessário estabelecer- alguns objetivos específicos: identificar quais vivências da trajetória dos estudantes cotistas foram determinantes no forjamento de sua identidade étnica; entender como os estudantes se pensam enquanto cotistas e negros diante de um quadro de polêmica com relação às cotas raciais e do racismo na sociedade brasileira; compreender como se processam dentro da instituição as relações raciais entre cotistas e não-cotistas; descrever qual foi o percurso percorrido que levou o



estudante cotista a escolha por uma vagas através das cotas raciais; e destacarquais suas expectativas acerca do futuro pós ensino superior.

3. Procedimentos Metodológicos

Com vistas a abarcar todos objetivos elencados para que a pesquisa consiga responder a pergunta de partida são utilizados tanto dados quantitativos⁷que compreendem informações sobre a realidade estudantil no Brasil, especialmenteem Sergipe de acordo com recorte étnico/racial, bem com informações das condições socioeconômicas da população negra em geral; quantodados qualitativos dos estudantes cotistas da UFS, no que tange as suas trajetórias de vida, expectativas quanto ao futuro, e motivações que os levaram a se identificarem como negros etc. O uso dos dois tipos de dados são essenciais para se ter um conhecimento mais inteligível e amplo da realidade investigada.

O estudo se dará a partir da delimitação do grupo pesquisado em uma amostra característica⁸ do universo populacional dos cotistas da UFS, ou seja, serão abordados alguns estudantes oriundos de instituições públicas de ensino básico que ingressaram na UFS através do vestibular pelo grupo dos cotistas raciais (Grupo C). Os indivíduos participantes da pesquisa serão no número máximo de vinte, respeitando-se uma divisão igualitária por sexo e pelos quatro diferentes centros⁹ de conhecimento científico da UFS:o CCBS, o CCET, o CCSA e o CECH.A abordagem a esses indivíduos se operacionalizar por intermédio de contatos (pessoas conhecidas) que tenha proximidade de relação com este graduandos cotistas, já que não há espaço consolidado na UFS e nem fora dela onde se possa facilmente encontrar e distinguir estes estudantes.

⁷ Dados quantitativos decorrentes de alguns órgãos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP); Fundação Getúlio Vargas (FGV); Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Coordenação de Concurso Vestibular (CCV-UFS).. Centro de Processamento de Dados (CPD-UFS).

⁸ Segundo Raynond Quivy & Luc Van Campenhoudt (1998,162) a amostra característica da população estuda é a mais frequentemente usada, pois nesse caso não é possível nem pesquisar toda população por conta da sua grandeza numérica e nem há como no caso da amostra representativa elementos representativos da realidade estudada.

⁹ Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS), Centro de Ciências Extas e de Tecnologia (CCET), Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) , Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH).



Depois da identificação e abordagem dos indivíduos, é utilizada como técnica a observação indireta¹⁰, através de questionários e entrevistas semiestruturadas. Os questionários servirão para se levantar questões de ordem objetivas como: idade; sexo; meio de locomoção; renda; escolaridade dos pais; reprovação em disciplina; período acadêmico do curso; opção preferencial de curso; cor/raça; situação de preconceito; e entendimento do vestibular por cotas. Já as entrevistas abarcarão informações discursivas sobre: trajetória educacional e vida acadêmica; motivações para escolha da vaga por critério racial; percepção acerca da questão racial; retórica da identificação étnico racial; e expectativa acerca do futuro. Dessa maneira, serão englobados na pesquisa todos os aspectos que fatalmente terão respostas importantes e até mesmo decisivas as questões suscitadas pela problematização do universo pesquisado.

Por fim, será realizada a análise dos dados correlacionando-os discursivamente com as teorias sobre identidade étnica, a fim de que se possa fazer uma reflexão aprofundada sobre a construção da identidade dos estudantes cotistas e os impactos da emergência dessa identidade por ocasião do processo seletivo de graduação por cotas da UFS.

4. Estruturação da Dissertação

A fim de sistematizar as temáticas abordadas e melhor agrupar as ideias aqui discutidas dividiremos a dissertação em quatro capítulos.

No primeiro capítulo que tem como título **Raça e Cor em Sergipe**, serão debatidos e apresentados estudos que versam sobre a questão do negro em Sergipe, ligados às questões de práticas religiosas, preconceito racial, participação produtiva, demarcação de terras “ancestrais” entre outros. O que se quer entender é como a consciência de “raça” por parte desses estudantes foi construída a partir da assimilação das idéias produzidas pelos intelectuais e formadores de opinião sobre o que é ser sergipano, e mais especificamente o que é ser sergipano negro. Neste capítulo também constarão dados e análises sobre as condições socioeconômicas e escolares do negro na sociedade sergipana, extrapolando-se para demonstração da mesma realidade na

¹⁰No caso da investigação indireta, o investigador dirige-se ao sujeito para obter a informação procurada. Ao responder às perguntas, o sujeito intervém na produção da informação [...]. Na realidade, há aqui dois intermediários entre a informação procurada e a informação obtida: o sujeito, a quem o investigador pede que responda, e o instrumento, constituído pelas perguntas a pôr (QUIVY & CAMPENHOUD, 1998:164).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

sociedade brasileira em geral. Dessa forma, será possível traçar um panorama material e simbólico das condições vivenciadas pela população negra diante da sua trajetória de vida, compreendendo que este aspecto é fundamental para se explicar a pequena participação do negro no ensino superior brasileiro, já que estas são condições decisivas que estruturam um estilo de vida ocidental e capitalista almejados por toda uma sociedade que deseja enfim conquistas que passam pelo âmbito da formação intelectual, entre elas o bem estar e ascensão econômica.

No capítulo seguinte: **As políticas Afirmativas no Brasil: Da discussão à Implementação** serão discutidos o processo de construção e legitimação das políticas afirmativas no Brasil; o debate realizado pelo movimento negro e sua intensificação pós 1988; o embate entre as teorias de ação universalista e multiculturalista; a discussão sobre as ações afirmativas no mundo e seus reflexos na realidade brasileira em especial a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância realizada em 2001, em Durban na África do Sul.; os debates no campo político partidário sobre a importância do tema, inclusive quanto à aprovação do Estatuto da Igualdade Racial; a implementação das ações de políticas afirmativas com a chegada do PT ao poder, bem como a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR); a legitimação e implementação paulatina da cotas sociais e raciais nas universidades públicas brasileiras, e a polêmica e o sentido exposto da adoção cotas raciais no ensino superior. É importante ressaltar que neste capítulo se deseja enquadrar a política de cotas da UFS, enquanto ação afirmativa, na discussão que vem emergindo nacionalmente sobre o tema, sobretudo, nos últimos 10 anos.

O terceiro capítulo intitulado **A UFS no Campo das Políticas Afirmativas** debaterá: o surgimento e confecção do Programa de políticas afirmativa da UFS; o que contempla e quais são os objetivos do PAAF; o trajeto de convencimento e de diálogo com entes da academia e da sociedade civil; o perfil sociocultural anterior e posterior à adoção da política de cotas dos ingressos pelo processo seletivo da UFS; e dados que demonstram a ausência do negro na UFS, principalmente nos cursos mais reconhecidos e procurados como Direito, Medicina, Odontologia etc. Aqui a intenção é explicar o amplo universo estudado, ou seja, a Universidade Federal de Sergipe, através dos



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

recortes racial, social, cultural e econômico diante dos dados anteriores e posteriores a implantação do PAAF.

Quanto ao último capítulo **Retóricas da Identificação** serão analisados os dados obtidos através dos questionários e das entrevistas realizadas com os estudantes cotistas, pois é neste momento onde poderão ser correlacionadas as formas de identificação desse grupo diante das questões discutidas nos capítulos anteriores como: a situação de desigualdade em que se encontram os negros no Brasil e as formas de superação dessas desigualdades; a importância da abertura de uma oportunidade de qualificação educacional; os problemas e os preconceitos a serem superados enquanto estudantes e cotistas; a autoimagem que eles têm enquanto cotistas e a imagem que os outros estudantes têm deles e a leitura que os mesmos fazem da sua vida, aparentemente como mais oportunidades, de agora em diante, entre outros.

Referências Bibliográficas

CASTELLS, Manuel. Trad. Klauss B. Gerhardt. **O poder da identidade (A era da informação: economia, sociedade e cultura)**. v. 2. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão**. In: *Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº.10.639/03* Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 39-62.

HALL, Stuart. **A identidade cultural da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HASENBALG, Carlos. **Entre o mito e os fatos: racismo e relações raciais no Brasil**. In: CHOR, Marcos. VENTURA, Ricardo (Orgs). **Raça, Ciência e Sociedade**. 1ª reimpressão. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1998. P. 235-246.

MARCON, Frank Nilton e SUBRINHO, Josué Modesto dos Passos (Org). **Ações afirmativas e políticas inclusivas no ensino superior: a experiência da Universidade Federal de Sergipe**. São Cristóvão: Editora UFS, 2010.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

POUTINAGT, Philippe. STREIFF-FENART. **Teorias da etnicidade (seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth)**. São Paulo. Fundação Editora da UNESP, 1998.

QUIVY, Raymond & CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de investigação em Ciências Sociais**. Lisboa: Gradiva, 1998.

SKIDMORE, Thomas C. Trad. Raul de Sá Barbosa. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

Documento: Pesquisado:

Proposta de acesso pelo sistema de reserva de vagas do programa de ações afirmativas da Universidade Federal de Sergipe- PAAF. 2008.